

Petróleo, Royalties & Região

UcamCidades

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano III, nº 10 – Dezembro / 2005

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades Universidade Candido Mendes

APOIO:



ANÁLISE DO BPR&R



Produto Ilusório Bruto

Ranking do PIB entre municípios produtores de petróleo pode dar margem a interpretações equivocadas sobre a distribuição da riqueza

PÁGINAS 2, 3 E 4

ARTIGOS

Rumo ao Eldorado

Artigo de pesquisador do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro analisa o processo migratório em Macaé, no norte do estado do Rio de Janeiro, a partir de uma divisão por áreas de ponderação do município

PÁGINAS 5 E 6

Alternativas regionais

Artigo resume relatório de estudo da UFRJ sobre as alternativas de desenvolvimento econômico para o norte do estado do Rio. Caminho passa pela diversificação das bases produtivas e pela mobilização de potenciais locais

PÁGINAS 7 E 8

MATÉRIA

Vereadores se mexem

Vereadores de 11 municípios da região da Bacia de Campos integram a Omvetro. Organização pretende atuar na fiscalização da aplicação dos recursos dos royalties e na formulação de propostas para um desenvolvimento sustentável

PÁGINAS 9 E 10

TEXTO DO BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO COMENTA AS ESTATÍSTICAS DIVULGADAS PELO IBGE RELATIVAS AO PRODUTOS INTERNOS BRUTOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2003, QUE COLOCARAM MUNICÍPIOS PETROLÍFEROS EM POSIÇÃO PRIVILEGIADA

Análise

Petróleo, PIB e Confusão

Dificuldades interpretativas do conceito de PIB municipal podem gerar ilusões

Em novembro último o Departamento de Contas Regionais do IBGE soltou as estatísticas relativas aos Produtos Internos Brutos (PIBs) dos municípios brasileiros para o ano de 2003.

Os resultados colocam os municípios ditos petrolíferos em posições privilegiadas nos rankings nacionais, tanto dos PIBs absolutos quanto dos per capita, as quais podem ser visualizadas através da Tabela 1, que engloba os trinta maiores municípios recebe-

dores de rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) em 2003.

Tais resultados, contudo, têm provocado grandes ilusões e, consequentemente, motivado falsos debates e inúmeras especulações. De fato, Campos dos Goytacazes (o maior PIB dos municípios não capitais e o maior PIB dos municípios petro-

líferos) não é o sexto município mais rico do país. É, sim, o sexto município onde se produz mais riqueza. Veja que esta diferença não é um jogo de palavras, mas sim reflexo do próprio conceito de Produto Interno Bruto: PIB é uma medida de produção de valor, e não uma medida de valor fixado na região.

O termo interno, presente no PIB, pode ajudar a confundir esta compreensão. Este termo faz referência a riqueza produzida no interior do município e nada diz sobre a permanência desta riqueza no município. A percepção sobre a riqueza que circula no município não pode, jamais, ser derivada desta estatística dos PIBs, mas sim através de outras fontes, como, por exemplo, a receita tributária (na qual Campos dos

PIB É UMA MEDIDA DE PRODUÇÃO DE VALOR, E NÃO UMA MEDIDA DE VALOR FIXADO NA REGIÃO

CONTINUA NA PÁGINA 3

Tabela 1 - Indicadores Selecionados de Riqueza para os trinta municípios maiores recebedores de rendas petrolíferas (royalties e participações especiais), 2003.

Município	UF	População 2003 (IBGE)	PIB (Preços Correntes 1000 R\$)	Posição no Ranking Nacional – PIB (Preços Correntes 1000 R\$) ¹	PIB Per Capita	Posição no Ranking Nacional – PIB Per Capita ⁴	Receita Tributária	Posição no Ranking Nacional – Receita Tributária ⁵	Receita Tributária Per Capita ⁶	Posição no Ranking Nacional – Receita Tributária Per Capita ⁵
Sao Francisco do Conde	BA	28.665	R\$ 8.095.565,39	25	R\$ 282.419,86	1	R\$ 12.699.067,59	192	R\$ 460,88	27
Quissama	RJ	14.957	R\$ 3.006.528,86	77	R\$ 201.011,49	3	R\$ 3.364.985,03	503	R\$ 234,51	104
Carapebus	RJ	9.732	R\$ 1.476.221,26	151	R\$ 151.687,35	5	R\$ 999.678,02	1077	R\$ 106,75	466
Rio das Ostras	RJ	43.700	R\$ 6.192.237,90	35	R\$ 141.698,81	6	R\$ 15.865.142,57	163	R\$ 394,18	44
Armação dos Búzios	RJ	21.274	R\$ 2.250.989,40	102	R\$ 105.809,41	8	R\$ 10.473.634,26	225	R\$ 528,49	21
Macaé	RJ	147.737	R\$ 14.127.396,92	12	R\$ 95.625,31	10	R\$ 67.959.931,03	50	R\$ 483,82	24
Casimiro de Abreu	RJ	24.765	R\$ 1.904.634,31	117	R\$ 76.908,31	15	R\$ 1.896.928,70	714	R\$ 80,63	717
Sao Joao da Barra ²	RJ	28.274	R\$ 1.922.993,92	116	R\$ 68.012,80	17	R\$ 1.378.194,00	872	R\$ 48,74	1497
Pirambu	SE	8.222	R\$ 430.577,92	486	R\$ 52.369,00	29	R\$ 423.944,00	1816	R\$ 54,60	1295
Guamare	RN	8.976	R\$ 422.769,12	493	R\$ 47.099,95	36	R\$ 1.794.160,50	740	R\$ 209,01	129
São Francisco do Sul	SC	35.765	R\$ 1.629.869,98	139	R\$ 45.571,65	42	R\$ 11.590.863,59	203	R\$ 339,69	54
Campos dos Goytacazes ¹	RJ	419.267	R\$ 16.793.820,38	6	R\$ 40.055,19	50	R\$ 27.319.293,18	103	R\$ 65,16	1006
Cabo Frio	RJ	147.814	R\$ 5.148.559,63	41	R\$ 34.831,34	65	R\$ 23.574.769,77	116	R\$ 171,00	198
Pojuca	BA	27.644	R\$ 645.462,60	328	R\$ 23.349,10	173	R\$ 2.691.155,86	575	R\$ 99,82	520
Madre de Deus	BA	13.161	R\$ 279.072,89	682	R\$ 21.204,54	224	R\$ 4.442.793,17	423	R\$ 351,60	52
Duque de Caxias	RJ	818.527	R\$ 15.388.839,19	9	R\$ 18.800,65	296	R\$ 90.447.420,68	35	R\$ 113,33	409
Coari	AM	77.959	R\$ 1.401.132,80	163	R\$ 17.972,69	331	R\$ 7.368.998,73	294	R\$ 100,84	516
Macau	RN	25.586	R\$ 455.831,29	458	R\$ 17.815,65	339	R\$ 1.925.060,14	705	R\$ 75,08	808
Sao Sebastiao	SP	67.701	R\$ 1.067.244,87	208	R\$ 15.764,09	445	R\$ 45.892.051,00	66	R\$ 727,07	10
Areia Branca	RN	23.056	R\$ 293.559,97	652	R\$ 12.732,48	716	R\$ 1.042.727,47	1049	R\$ 45,72	1612
Rio de Janeiro	RJ	6.008.818	R\$ 67.603.610,96	2	R\$ 11.250,73	915	R\$ 2.518.853.401,26	2	R\$ 424,25	34
Angra dos Reis	RJ	132.723	R\$ 1.428.931,81	159	R\$ 10.766,27	991	R\$ 29.634.213,83	98	R\$ 234,57	103
Aracaju	SE	485.226	R\$ 3.898.138,01	60	R\$ 8.033,65	1573	R\$ 76.831.759,21	39	R\$ 162,10	218
Bertioga	SP	37.469	R\$ 265.344,97	711	R\$ 7.081,72	1840	R\$ 39.620.261,13	73	R\$ 1.167,16	2
Linhares	ES	118.238	R\$ 831.509,28	267	R\$ 7.032,51	1854	R\$ 7.871.266,81	273	R\$ 68,11	945
São Mateus	ES	97.225	R\$ 674.702,02	309	R\$ 6.939,59	1884	R\$ 7.305.015,00	295	R\$ 77,70	765
Mossoro	RN	222.474	R\$ 1.329.938,03	174	R\$ 5.977,95	2192	R\$ 11.582.588,34	204	R\$ 53,04	1343
Ilhabela	SP	23.756	R\$ 129.371,86	1244	R\$ 5.445,86	2405	R\$ 9.757.150,20	237	R\$ 436,13	33
Caraguatatuba ³	SP	89.342	R\$ 449.426,86	468	R\$ 5.030,41	2557	R\$ 101.360.992,54	31	R\$ 1.134,53	3
Mage	RJ	222.706	R\$ 898.880,29	246	R\$ 4.036,18	2988	R\$ 12.696.905,69	193	R\$ 59,14	1169

Fonte: IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Tribunal de Contas do Estado – RJ (TCE-RJ), Tribunal de Contas do Estado – SP (TCE-SP), Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG).

1 Dados da PMCG (2003).

2 Dados do TCE-RJ (2003).

3 Dados do TCE-SP (2003).

4 Ranking dos 5.560 municípios brasileiros.

5 Ranking dos 5.012 municípios que enviaram suas execuções orçamentárias a Secretaria do Tesouro Nacional.

6 Per Capita calculado com informações de população retiradas do Fimbra 2003 (Secretaria do Tesouro Nacional), exceto para os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Caraguatatuba.

ARTIGO ANALISA A RELAÇÃO ENTRE PIB, ROYALTIES E RECEITAS PRÓPRIAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ), CIDADE QUE É MAIOR RECEBEDORA DE REPASSES DO PETRÓLEO NO PAÍS. ESPECIFICIDADES POPULACIONAIS TAMBÉM SÃO CONSIDERADAS

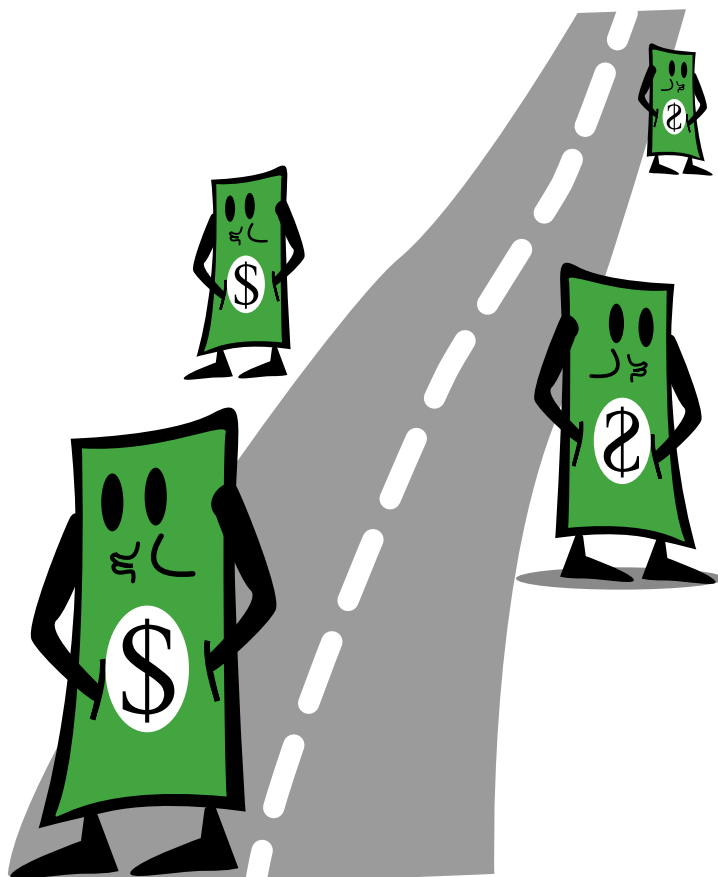
continuação da página 2

Goytacazes está na centésima terceira posição no ranking nacional, conforme Tabela 1). Contudo, é também evidente que a arrecadação tributária também não é uma medida fiel, pois depende do esforço de arrecadação e dos diferenciais de alíquotas praticadas pelos municípios. A massa de salários e de outros rendimentos, infelizmente captada somente a cada dez anos, pelos censos demográficos, são mensurações alternativas interessantes para medir a riqueza fixada em um município, embora também sejam perturbadas pela presença de pessoas que, trabalhando ou estudando em outro município, deixa parte de sua renda alhures.

Antes de passarmos à explicitação dos procedimentos metodológicos realizados pelas

SOMENTE UMA PARCELA LIMITADA DA RIQUEZA PRODUZIDA FICA NO MUNICÍPIO

estatísticas de PIB efetuadas pelo IBGE para os municípios



petrolíferos, tratemos de uma possibilidade mais corriqueira de distanciamento entre PIB per capita e renda fixada, a qual ocorre nos municípios de larga base industrial e de população rarefeita: estes são municípios que produzem bens para serem consumidos no resto do país e/ou no mundo, para os quais apenas

uma parcela limitada desta riqueza permanece nos limites municipais, seja pela via do pagamento de salários ou pela elevação das receitas tributárias do poder público municipal. Municípios como estes tendem a possuir PIBs per capita elevados, como resultado da combinação da colossal riqueza produzida

no seu interior e da diminuta população que o habita.

De fato os municípios são economias extremamente abertas, sujeitas a inúmeros vazamentos de renda, como, por exemplo,

RIQUEZA ELEVADA E POPULAÇÃO REDUZIDA PRODUZ A ILUSÃO DO ALTO PIB PER CAPITA

a remuneração dos fatores produtivos (trabalho, capital) que residem em municípios vizinhos ou distantes. Este elevado grau de abertura das economias municipais requer, pois, cuidados especiais para interpretação das estatísticas de PIB. Cuidados que devem, entre outras coisas, evitar cruzamentos das informações de PIB com a do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), cujo cálculo toma como base a renda familiar, o quadro de saúde (medido pela expectativa de vida) e o nível de escolaridade (medido pela taxa de frequência escolar e o percentual de analfabetos) da população municipal.

CONTINUA NA PÁGINA 4

Petróleo,
Royalties e Região

Conheça doze visões sobre o petróleo os royalties e a região

Editora Garamond

Em parceria com o UCAM/Cidades e Society of Petroleum

Engineers – Seção Brasil

OS AUTORES

Agostinho Leal
Carla Patrão
Denise Terra
Elísio Caetano
Frédéric Monié
Getúlio Leite
José Gutman
Nelson Crespo
Patrícia Farias
Rodrigo Serra
Rosélia Piquet (Org.)

Apresentação
Ricardo Beltrão

ARTIGO ABORDA PROBLEMAS DA ILUSÃO PROVOCADA QUANDO SÃO CRUZADOS DADOS DE PIB COM O IDH (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO). AINDA ASSIM, DADO DO IBGE É IMPORTANTE PARA AVALIAR A MOVIMENTAÇÃO ESPACIAL DAS RIQUEZAS

continuação da página 3

Para que não fiquem dúvidas sobre o conceito de PIB, e sobre as dificuldades de se realizar o seu cruzamento com o IDH, imaginemos um município fictício em que não haja qualquer geração de riqueza: sem indústrias, comércio e serviços. Este município somente serviria como local de residên-

EM UM MUNICÍPIO
FICTÍCIO, IDH
PODERIA SER
ELEVADO MESMO
COM UM PIB NULO

cia de uma população abastada. Pois bem, o PIB deste município seria nulo, embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pudesse ser elevadíssimo, pois as pessoas possuiriam rendas elevadas, boa saúde e escolaridade. Portanto, não deve prosperar as vinculações, que muito têm sido feitas, entre PIB e IDH.

Para compreensão do processo de cálculo dos PIBs municipais é preciso destacar que estes são, na verdade,

resultantes da decomposição espacial da riqueza nacional, ou seja, os PIBs municipais são encontrados através de uma fórmula de rateio do PIB brasileiro. O resultado deste procedimento exige, por definição, que a soma dos PIBs municipais deve ser idêntica ao PIB nacional.

Uma vez compreendidas estas nuances metodológicas, fica fácil entender a magnitude do PIB dos municípios petrolíferos. A metodologia do IBGE precisava localizar territorialmente toda riqueza produzida na Plataforma Continental. Nesta direção, utilizou-se da distribuição dos royalties como forma de ratear o PIB do setor petróleo entre os municípios. Está aí a matriz de tantas confusões!

Utilizar a participação dos municípios no recebimento dos royalties petrolíferos como forma de calcular a participação destes no PIB do setor petróleo produzido na Plataforma Continental equivale a reproduzir as impropriedades implícitas às regras de rateio dos referidos royalties. Entre estas impropriedades está a sobre remuneração (com o

pagamento dos royalties) de municípios que apenas estão próximos de campos petrolíferos marítimos, sem a presença efetiva de capitais petrolíferos em seus territórios.

Não se quer com estas considerações difundir que a metodologia de cálculo dos PIBs realizada pelo IBGE seja imprestável. Ao contrário, estas estatísticas são de grande valia para interpretação dos movimentos espaciais da riqueza (setorial) no território nacional. Contudo, diante da própria dificuldade conceitual dos PIBs municipais, a metodologia pode gerar grandiosas ilusões.

Como forma de ilustrarmos as referidas distâncias entre as riquezas geradas no interior das jurisdições dos municípios petrolíferos e as riquezas que efetivamente circulam nestes, oferecemos a Tabela 1, que compara, em termos absolutos e em termos da posição no ranking nacional, as estatísticas de PIB e de receita tributária. Esta última funcionando como medida aproximada da circulação de riqueza no interior dos municípios em análise. Observando ainda que os trinta municípios selecionados na

Tabela 1 são aqueles que mais receberam rendas petrolíferas (royalties e participações especiais) no ano de 2003.

A Tabela 2 reserva atenção especial aos principais municípios petrolíferos fluminenses (integrantes da OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo), dada

TABELAS MOSTRAM
DISTÂNCIA ENTRE PIB
E RIQUEZAS QUE
CIRCULAM NOS
MUNICÍPIOS

a concentração espacial das jazidas na Plataforma Continental confrontantes com este estado. Esta tabela oferece uma comparação das estatísticas dos PIBs municipais do IBGE com aquelas produzidas pela Fundação CIDE (órgão estatístico oficial do Governo do Estado), para a qual é criada uma entidade fictícia (denominada Bacia de Campos) como forma de evitar que os PIBs municipais sejam inflados pela riqueza produzida pela atividade petrolífera *offshore*.

Tabela 2 - Estatísticas de PIBs Comparadas: IBGE e Fundação CIDE-RJ. Municípios da OMPETRO, 2003.

Município	População 2003 (IBGE)	PIB IBGE (Preços Correntes 1000 R\$)	Posição no Ranking do Estado do RJ – PIB IBGE (Preços Correntes 1000 R\$)	PIB IBGE Per Capita	Posição no Ranking do Estado do RJ – PIB IBGE Per Capita	PIB CIDE (Preços Correntes 1000 R\$)	Posição no Ranking do Estado do RJ – PIB CIDE (Preços Correntes 1000 R\$) PIB CIDE Per Capita	PIB CIDE Per Capita	Posição no Ranking do Estado do RJ – PIB CIDE Per Capita
Bacia de Campos						R\$ 36.346.483,83			
Campos dos Goytacazes	419.267	R\$ 16.793.820,38	2	R\$ 40.055,19	10	R\$ 2.464.728,70	9	R\$ 5.895,87	38
Macaé	147.737	R\$ 14.127.396,92	4	R\$ 95.625,31	6	R\$ 4.088.151,24	6	R\$ 27.918,05	4
Rio das Ostras	43.700	R\$ 6.192.237,90	5	R\$ 141.698,81	3	R\$ 278.320,00	39	R\$ 6.475,37	32
Cabo Frio	147.814	R\$ 5.148.559,63	7	R\$ 34.831,34	11	R\$ 877.687,21	20	R\$ 6.052,23	35
Quissama	14.957	R\$ 3.006.528,86	11	R\$ 201.011,49	1	R\$ 129.261,34	55	R\$ 8.716,90	18
Armacao dos Buzios	21.274	R\$ 2.250.989,40	15	R\$ 105.809,41	5	R\$ 176.166,75	48	R\$ 8.132,95	24
Sao Joao da Barra	28.274	R\$ 1.922.993,92	18	R\$ 68.012,80	8	R\$ 119.078,05	57	R\$ 3.950,41	72
Casimiro de Abreu	24.765	R\$ 1.904.634,31	19	R\$ 76.908,31	7	R\$ 196.977,38	46	R\$ 8.042,09	25
Carapebus	9.732	R\$ 1.476.221,26	21	R\$ 151.687,35	2	R\$ 44.210,34	86	R\$ 4.815,83	48

ARTIGO MOSTRA OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA CIDADE DE MACAÉ, A “CAPITAL DO PETRÓLEO”, NO NORTE FLUMINENSE. SOTAQUES DIFERENTES PELAS RUAS, HOTÉIS LOTADOS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA ESTÃO ENTRE AS MUDANÇAS NO GENÁRIO

Artigo

Migrantes Recentes em Macaé: de onde vêm, para onde vão

FABER PAGANOTO ARAUJO

No início da década de 70, logo após o primeiro choque do petróleo, a Região Norte Fluminense perde o destaque na produção do setor sucro-alcooleiro. Em 1974 a Petrobras elege a cidade de Macaé como base operacional para as atividades de prospecção e de produção para o então recém-descoberto petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos. Inaugura-se, assim, um novo ciclo econômico regional, agora baseado direta e indiretamente nos recursos oriundos da extração petrolífera.

Macaé, auto-denominada “capital do Petróleo”, foi o município que mais se transformou e hoje ostenta um vigor diretamente relacionado às atividades de extração, produção e logística do petróleo. Atualmente é um dos melhores municípios na relação postos de trabalho/população no estado do Rio de Janeiro. Em 2001 detinha cerca de 55 mil postos de trabalho formal numa população de 132 mil habitantes (41,7%), sendo 19% dos postos de trabalho formais (10.432) ligados diretamente às atividades de extração de petróleo e gás.

A cidade começa a se transformar, em função da presença da Petrobrás, desde o início da década de 70, mas este processo de transformação e crescimento se intensifica na última década. Nos últimos anos o município de Macaé surge em diversas reportagens na imprensa escrita e falada como uma espécie de novo Eldorado, um pólo de desenvolvimento em franca expansão, onde o emprego é farto e a qualidade de vida elevada. Toda essa propaganda resulta na migração de



Vista parcial do bairro de Visconde de Araújo (AP 1), em primeiro plano

população com os mais diversos graus de escolaridade e tipos de qualificação.

Aqueles migrantes com capacitação para trabalhar no ramo do petróleo ou nas atividades diretamente ligadas a ele conseguem emprego, recebem altos salários e estimulam um processo de especulação imobiliária no vetor de expansão sul do município, enquanto aqueles migrantes desqualificados, em sua maioria, ficam subempregados e engrossam os bolsões de pobreza que crescem em ritmo acelerado no setor de expansão norte, principalmente. O crescimento da malha urbana da cidade baseada na expansão destes dois vetores principais, norte e sul, mostra claramente um processo de segregação espacial.

Nas ruas da cidade ouvem-se idiomas estrangeiros e sotaques brasileiros. Hotéis e restau-

tes ficam lotados de segunda à sexta-feira e cobram preços muito superiores à média nacional para estabelecimentos do mesmo nível. No fim de semana estão todos vazios, o que mostra que essa população de renda elevada, em grande parte, não se fixa na cidade. Essa é a herança de uma economia base-

ada na indústria do petróleo: rápido crescimento, trânsito típico de grandes metrópoles, elevação do custo de vida, segregação espacial e o surgimento de dois grupos de

personagens, os migrantes pobres e os migrantes ricos.

A favelização do município é visível e a grande participação de migrantes nestas aglomerações subnormais chama atenção para a questão da migração para o município. Julga-se, portanto, importante se deter à questão de quem são os migrantes em Macaé. Neste artigo, especificamente, veremos a ori-

gem majoritária dos migrantes recentes em Macaé (aqueles que se fixaram no município entre 1995 e 2000).

O município de Macaé é dividido em seis Áreas de Ponderação (AP), que são agrupamentos de setores censitários e se constitui no menor recorte espacial com dados da amostra do Censo Demográfico. Dentro de cada Área de Ponderação são encontrados alguns bairros, e os limites da AP respeitam a divisão administrativa de bairros na maioria dos casos, com exceção da Área Rural do 1º distrito e do bairro de Barra de Macaé.

A Área de Ponderação 6 corresponde à Área Rural do Município de Macaé. Dentro desta Área de Ponderação fica também uma parte de ocupação rarefeita, com feições tipicamente rurais, do bairro de Barra de Macaé. Nesta AP residem, 15.752 pessoas, sendo 2013 migrantes intermunicipais. Isso significa dizer que 12,78% da população residente nesta AP migrou entre 1995 e 2000.

A Área de Ponderação 1 corresponde à área central da cidade, excluindo-se o bairro do centro, e concentra os bairros mais densos e de ocupação mais antiga de Macaé (Miramar, Visconde de Araújo - Fotografia 1, Cajueiros, Riviera Fluminense e Praia Campista). A Tabela 1 mostra que é nesta Área de Ponderação que reside a maior parte dos habitantes do município: 28.277 pessoas, 3.515 migrantes recentes. Apesar de a AP 1 apresentar apenas a 5ª proporção de migrantes dentro da população residente total, 12,43%, ali está a segunda

ARTIGO ENTRA NO DETALHAMENTO POR ÁREAS DO MUNICÍPIO PARA IDENTIFICAR OS MIGRANTES E SUAS ORIGENS. TABELA MOSTRA AINDA A RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO RESIDENTE E A POPULAÇÃO MIGRANTE EM DIFERENTES ÁREAS

continuação da página 5

maior concentração absoluta de migrantes no município.

Pode-se dizer que a Área de Ponderação 2 é a periferia imediata da cidade. Nela encontram-se bairros favelizados como Aroeira e Botafogo. Com 23.277 habitantes e apenas 1966 migrantes recentes, é a Área de Ponderação que apresenta não só a menor concentração absoluta de migrantes como também a menor participação deles no total da população: 8,45%.

A AP 3 engloba o arquipélago de Sant'Anna, além da faixa litorânea e mais densa do bairro de Barra de Macaé. Dessa forma, em se tratando de áreas emersas, a Área de Ponderação 3 é a menor de todas, embora concentre quase a mesma quantidade de habitantes que em toda a Área Rural. São 14866 habitantes, sendo 2.033 migrantes, ou 13,68% do total, o segundo maior percentual de migrantes sobre a população residente no município.

As Áreas de Ponderação 4 e 5 são as mais peculiares. São elas que representam os dois grandes eixos de expansão da cidade. A AP 4 compreende os bairros da Ajuda, Cabiúnas, Parque Aeroporto, São José do Barreto e Lagomar. São bairros de população pobre e de residências precárias e sem acabamento. É nesta Área de Ponderação que se concentra a maior parte dos migrantes recentes de Macaé: 4.708, ou 19,33% de uma população residente de 24.357 pessoas. A AP 5 correspondente ao vetor de expansão Sul, e abrange, além de parte da área rural do 1º distrito (que, segundo proposta do governo municipal, terá sua situação alterada para área urbana), os bairros de Imboassica, Lagoa, Granja dos Cavaleiros, Cavaleiros, Glória, Imbetiba e Centro. Essa é a Área de Pon-

Áreas de Ponderação	População Residente	População Migrante	Percentual da Pop. Migrante Sobre a Pop. Residente
1	28.277	3.515	12,43
2	23.277	1.966	8,45
3	14.866	2.033	13,68
4	24.357	4.708	19,33
5	25.519	3.466	13,58
6	15.752	2.013	12,78

Fonte: IBGE, Microdados do Censo Demográfico 2000.

deração com a segunda maior população residente, 25.519 habitantes, e a terceira maior população migrante, 3.466, o que representa 13,58% da população residente total.

Os migrantes internacionais se concentram nas duas Áreas de Ponderação mais nobres: a área central da cidade (AP 1 – 196 migrantes internacionais), onde se concentram também diversas empresas *offshore* e no vetor de expansão sul da cidade (AP 5 – 149 migrantes internacionais), caracterizado por grandes condomínios de luxo, onde se paga até 200 mil reais por um terreno e onde o aluguel de uma casa de três quartos beira os cinco mil reais. Nas demais Áreas de Ponderação quase não há migrantes estrangeiros: na AP 3 há 25 deles; na AP 2, 9; na AP 4 eles somam 11 e na AP 6 entre 1995 e 2000 nenhum migrante internacional estabeleceu residência.

Os migrantes regionais, provenientes dos municípios que integram o Norte Fluminense, se concentram nas Áreas de Ponderação mais pobres (AP 3, AP 4 e AP 6, principalmente).

Nos bairros nobres da cidade somam apenas um total de 345, contra 989 na área mais periférica. Essa baixa concentração de migrantes regionais nas áreas nobres sugere que estes sejam, na sua maioria, migrantes pouco especializados, atraídos pelo aquecimento da economia local, mas excluídos da “grande festa do petróleo”, e portanto impossibilitados de pagar os já citados terrenos ou aluguéis exorbitantes.

MIGRANTES INTERNACIONAIS SE CONCENTRAM NAS ÁREAS MAIS NOBRES DA CIDADE

Os migrantes do Norte Fluminense, de forma geral, têm rendimentos baixos. Com exceção dos residentes na Área de Ponderação 5,

a maioria dos migrantes norte-fluminenses estão incluídos na faixa de renda de até 2 salários mínimos. E no que se refere aos que têm rendimentos superiores a 6 salários mínimos, estes migrantes estão concentrados nas Áreas de Ponderação 1 (centro) e 5 (área nobre), mostrando que os poucos migrantes regionais que recebem altos salários estão localizados majoritariamente nas áreas nobres da cidade. É importante notar, também, que nenhum migrante regional tem

renda superior a 30 salários mínimos, faixa de renda quase exclusiva dos migrantes internacionais, geralmente detentores de altos cargos nas empresas ligadas à economia petrolífera.

Os migrantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro se distribuem de maneira que não evidenciem um perfil muito claro: há grandes concentrações de migrantes cariocas tanto na Área de Ponderação 1 e 5 (566 e 994, respectivamente) quanto na Área de Ponderação 4 (746).

A dinâmica populacional em Macaé é extremamente interessante e intrigante, campo fértil para estudos de geografia da população, demografia, sociologia e demais ciências. É de fundamental importância dar continuidade aos estudos sobre migração no município para seguir traçando diagnósticos sociais a fim de gerar elementos para subsidiar o planejamento urbano e, principalmente, para evidenciar as duas faces da “capital do petróleo”.

FABER PAGANOTO ARAUJO É
GEÓGRAFO (UFRJ) E PESQUISADOR
DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO
RIO DE JANEIRO.

O documento completo pode ser acessado em: www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br (Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação)

BIBLIOGRAFIA

- CEFET. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE: UM ENFOQUE SOBRE CAMPOS E MACAÉ. BOLETIM TÉCNICO: OBSERVATÓRIO ECONÔMICO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ: CEFET, n. 1, MAR., 2001. 17 p.
- FOLHA DA MANHÃ. MUNICÍPIO DE MACAÉ TEM PIB DE R\$1,3 BI. MACAÉ ESPECIAL 191 ANOS. JORNAL FOLHA DA MANHÃ, 27 DE JULHO DE 2004. CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2004.
- IBGE. BANCO MULTIDIMENSIONAL DE ESTATÍSTICAS. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS, 2001.
- PIQUET, ROSÉLIA (ORG.) PETRÓLEO, ROYALTIES E REGIÃO. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2003.

ESTUDO MOSTRA QUE MACAÉ (RJ) É, NA REGIÃO DA BACIA DE CAMPOS, MAIS BENEFICIADO PELOS IMPACTOS DIRETOS DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO. CAMPOS, O MAIOR MUNICÍPIO DA REGIÃO, POSSUI ECONOMIA MAIS DIVERSIFICADA, MAS ABSORVE APENAS EFEITOS INDIRETOS DO PETRÓLEO

Artigo

Alternativas de diversificação para o desenvolvimento econômico do Norte Fluminense: apresentação de um estudo da UFRJ¹

RENATA LÈBRE LA ROVERE

RENÉ LOUIS DE CARVALHO

DIANA SCABELO LEMOS

Os municípios da Região Norte Fluminense, em particular aqueles confrontantes da Bacia de Campos, vêm recebendo expressivas transferências de recursos a título de royalties do petróleo. A questão que se coloca é de que forma estes recursos podem alavancar o desenvolvimento da Região. Visando contribuir para o debate a este respeito, um grupo de pesquisadores da UFRJ, com o apoio da Fundação CIDE e da FAPERJ, realizou um estudo intitulado Alternativas de Diversificação para o Desenvolvimento Econômico Regional: o caso do Norte Fluminense pós-royalties.

Partiu-se do pressuposto que o desenvolvimento envolve

SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DEPENDE DA DIVERSIFICAÇÃO DA BASE PRODUTIVA

uma melhoria do bem-estar das gerações presentes, através do crescimento com distribuição de renda e melhoria social, e do bem-estar das gerações futuras, através da garantia de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, constatou-se que a sustentabilidade do desenvolvimento da Região Norte depende do fortalecimento e da diversificação de sua base produtiva, uma vez que os royal-



ties são baseados num recurso não-renovável. Torna-se assim necessária uma reflexão sobre as alternativas de fortalecimento e diversificação produtiva da Região. O estudo buscou realizar esta reflexão, a partir de dois eixos. O primeiro consistiu em um diagnóstico das vocações econômicas e uma análise dos impactos dos royalties sobre as despesas e investimentos dos municípios da Região. O segundo foi uma discussão sobre as perspectivas de fortalecimento e diversificação das atividades econômicas da Região, sob vários aspectos: infra-estrutura de transportes, desenvolvimento do setor energético, desenvolvimento das atividades agrícolas e fortalecimento da geração de conhecimento.

O estudo foi coordenado pelo decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Alcino Ferreira Câmara Neto, e contou com a participação dos seguintes professores e pesquisadores:

Luiz Martins de Melo, Renata Lèbre La Rovere e René Louis de Carvalho, professores do Grupo Inovação do Instituto de Economia da UFRJ; Yves-André Fauré, do Institut de Recherches sur le Développement (França) e colaborador do Grupo Inovação; Cristiano Martins, do IBGE; Diana Scabelo Lemos, doutoranda do Programa de Engenharia de Transportes da COPPE/UFRJ; Carlos Augusto Góes Pacheco, mestrando do Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ; e Cristina Funke Mattos, assistente de pesquisa do Grupo Inovação.

As conclusões do relatório final, pronto em junho de 2005, apontam para a necessidade de uma atenção especial às questões da forte disparidade econômica intra-regional, do limitado impacto direto das atividades de extração de petróleo sobre a maioria dos municípios da região, dos problemas orçamentários dos municípios e da fragilidade da infra-estrutura

regional de transporte.

O estudo das vocações econômicas regionais mostrou uma forte disparidade da distribuição das atividades produtivas entre os municípios: a concentração da economia de Macaé em torno da atividade petrolífera, a relativa diversificação da economia de Campos e o predomínio da agricultura e dos serviços nos demais municípios. Os impactos positivos diretos da extração de petróleo concentram-se em Macaé, cabendo aos demais municípios apenas impactos indiretos, de distribuição dos royalties.

A análise da utilização dos royalties mostrou que estes vêm sendo utilizados muito mais para suprir carências sociais dos municípios, nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura urbana, do que para diversificar as atividades produtivas. As pre-

RELATÓRIO DESTACA QUE É PRECISO ATENÇÃO ESPECIAL COM A DISPARIDADE ECONÔMICA

feições tentam assim resolver problemas evidenciados pela análise do IDH e do IQM dos municípios, tais como baixo índice de estradas pavimentadas, baixa qualificação da mão de obra, e elevados índices de violência e de mortalidade infantil em alguns casos. A pouca atenção conferida à diversificação das atividades

CONTINUA NA PÁGINA 8

ESTUDO IDENTIFICOU PROBLEMAS EM SETORES DE INFRA-ESTRUTURA NA REGIÃO, COMO O SISTEMA DE TRANSPORTES. PONTO POSITIVO, O PÓLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS PRECISA, NO ENTANTO, ESTAR MAIS INTEGRADO AO SETOR PRODUTIVO

continuação da página 7

produtivas é preocupante uma vez que a taxa de crescimento das despesas dos municípios vem se mantendo em patamares elevados e poderá provocar desequilíbrios orçamentários já a partir de 2010.

A análise da infra-estrutura de transportes mostrou que a Região carece de investimentos, já que seu índice comparativo de densidade de malha por extensão territorial é baixo e que também é baixo seu índice de acessibilidade portuária, em relação ao estado do Rio de Janeiro. Evidenciou-se também

HÁ POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO ENTRE CADEIAS PRODUTIVAS PARA FORMAR UM PÓLO ALIMENTAR

a necessidade de um planejamento logístico integrado para o escoamento não apenas de petróleo como também de outros produtos, em particular os ligados ao complexo sucroalcooleiro, que vêm experimentando uma recuperação em função

dos preços do mercado internacional.

No que se refere às potencialidades da Região no âmbito da indústria de petróleo e gás, cabe refletir sobre as possibilidades de aproveitamento do gás natural como insumo para a indústria petroquímica básica. A Região oferece condições atraentes para esta atividade. Outra possibilidade a ser explorada é a instalação de uma refinaria dedicada à produção de produtos intermediários para a indústria de refino e para a indústria petroquímica.

A análise das atividades de base agrícola mostrou que o desenvolvimento das cadeias da fruticultura irrigada, açúcar, produtos lácteos, produtos da pesca e olericultura lança as bases para a formação de um pólo alimentar moderno na Região, com centro em Campos, que reúne empresas e instituições de pesquisa importantes para o setor. Há potencial para integrar algumas destas cadeias, constituindo, por exemplo, um pólo de lácteos frutados. Além disso, há condições para desenvolver a produção de energia com base na biomassa (bagaço de cana e mamona), que tende a se tornar

importante devido aos elevados preços do petróleo. Para que este pólo alimentar e energético seja formado é necessária a supera-

INSTALAÇÃO DE UMA REFINARIA PARA PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS DEVE SER EXPLORADA

ção dos seguintes gargalos: a baixa produtividade da agricultura de sequeiro; o tamanho reduzido das propriedades agrícolas; a distribuição desigual do acesso à água; o ambiente econômico regional, marcado por duas décadas de estagnação; e a falta de cultura para lidar com os desafios da produção irrigada e dos novos setores produtivos.

O estudo apontou que o pólo universitário de Campos, que vem apresentando um rápido crescimento, deve ser consolidado e integrado às atividades produtivas da Região. Simultaneamente, Macaé apresenta potencial para se transformar num pólo de capacitação técnico-industrial, ofertando treinamento em competências não apenas

ligadas à indústria do petróleo como também com potencial de aproveitamento em outros setores produtivos, de forma a garantir a sustentabilidade do emprego da mão de obra treinada.

Assim, o estudo evidenciou que os desafios ao desenvolvimento da Região são múltiplos, e a saída para a atual dependência dos municípios aos royalties depende de um esforço articulado entre os diversos atores que atuam na Região: empresas, instituições de governo (nos âmbitos municipal, estadual e federal), instituições de pesquisa e capacitação e outras instituições locais. As iniciativas de fortalecimento e diversificação das atividades produtivas devem ser planejadas tendo o desenvolvimento sustentável da Região como meta, superando as diferenças e necessidades específicas dos municípios.

RENATA LÈBRE LA ROVERE E
RENÉ LOUIS DE CARVALHO SÃO
PESQUISADORES DO IE/UFRJ

DIANA SCABELO LEMOS É PESQUISADORA DA COPPE/UFRJ

NOTA

1 - O DOCUMENTO COMPLETO PODE SER ACESSADO EM: WWW.ROYALTIESDOPETROLEO.UCAM-CAMPOS.BR, NO BANCO DE ARTIGOS, TESES, ESTUDOS E LEGISLAÇÃO

Consulte o Banco de Artigos, Teses, Estudos e Legislação do site Royalties do Petróleo
www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br

- Documentos legais
- Análises sobre distribuição e aplicação dos royalties
- Impactos territoriais
- Efeitos sobre as finanças públicas
- Desenvolvimento nas regiões petrolíferas

Você também pode enviar o seu artigo para boletim@ucam-campos.br

MATÉRIA JORNALÍSTICA DO **BOLETIM PETRÓLEO, ROYALTIES & REGIÃO** REGISTRA A CRIAÇÃO, EM 2005, DA OMCVETRO, UMA ORGANIZAÇÃO DE VEREADORES DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PETRÓLEO INTEGRANTES DA BACIA DE CAMPOS

Matéria

Antes tarde do que nunca

Oito anos depois do início da Era dos royalties, vereadores se organizam para fiscalizar aplicação destes recursos

Em 2005, depois de boa parte da sociedade ter despertado para o papel que pode desempenhar na fiscalização da aplicação dos recursos dos royalties, quatro anos depois de formada a Omcvetro (Organização dos Municípios Produtores de Petróleo) e oito anos depois da legislação de 1997 que elevou o percentual de repasse dos royalties e participações do petróleo, os vereadores dos municípios integrantes da Bacia de Campos, no norte do estado do Rio de Janeiro, resolveram se mexer, com a criação da Omcvetro (Organização de Vereadores para o Desenvolvimento Regional dos Municípios Produtores de Petróleo – RJ).

Ainda em fase de consolidação, a Omcvetro agrega onze dos 13 municípios da Bacia de Cam-

pos dos Goytacazes — o município que recebe o maior repasse do país — não confirmou ainda a sua inclusão.

Para este mês de dezembro, no dia 16, estava prevista a realização de uma reunião da Omcvetro para aprovação do Estatuto da entidade, que teve a sua primeira reunião em 5 de maio deste ano. A idéia é a de que a organização realize reuniões itinerantes nos municípios associados. A sede da Omcvetro também poderá mudar de lugar, estimulando a participação de outras Câmaras e a descentralização nas decisões.

Segundo a vereadora macaense Marilena Garcia (PT), que preside a Omcvetro, a organização tem entre os seus objetivos a busca pela garantia da manutenção do pagamento dos royalties do petróleo aos municípios produtores, mas se dedica também ao desenvolvimento de propostas para que os recursos sejam utilizados em programas públicos que garantam o desenvolvimento sustentável da região.

POTENCIALIDADES

Um dos trabalhos da organização neste sentido foi o levantamento das potencialidades econômicas dos municípios da região, em busca de subsídios que contribuam para a aplicação dos recursos provenientes dos royalties e participações do petróleo em atividades que possam sustentar as populações dos municípios produtores de petróleo mesmo depois do esgotamento da produção.

Foi identificado, por exemplo, que o município de Rio das Ostras está passando por uma boa experiência no investimento

AINDA EM FASE DE CONSOLIDAÇÃO, ORGANIZAÇÃO CONTA COM ADESÃO DE 11 CÂMARAS MUNICIPAIS

dos recursos dos royalties em infra-estrutura para o Turismo, atividade econômica que já possui lastro histórico na cidade e que poderá se sustentar num futuro sem petróleo. Junto com Quissamã, Rio das Ostras está entre os municípios que melhor têm aproveitado a Era dos royalties em investimentos geradores de desenvolvimento. Na cidade, além do turismo, ganham fôlego os investimentos em construção civil.

Em outros municípios, outras potencialidades estão à espera de investimentos para se desenvolver. Em Arraial do Cabo, os estaleiros e o setor portuário são vocações importantes identificadas pelo levantamento da Omcvetro. Em Conceição de Macabu, um drama comum a muitas outras cidades pequenas: a juventude precisa deixar o município para trabalhar em empresas do setor petróleo presentes em cidades vizinhas e, na maioria dos casos, sem a qualificação necessária.

QUALIFICAÇÃO

De acordo com a assessora

da presidência da Omcvetro, Deyse Frota, a organização está articulando uma parceria com instituições de ensino da região para formar uma escola politécnica que auxilie na qualificação dos trabalhadores da região. A proposta é a de que os municípios envolvidos entrem com os recursos físicos necessários e que as instituições com seus profissionais de ensino e de pesquisa. Manifestaram interesse na proposta, segundo Frota, a Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense), a UFF (Universidade Federal Fluminense), o Cefet-Campos e a UCAM (Universidade Candido Mendes).

“As empresas dizem que não encontram mão-de-obra qualificada, embora uma instituição como a Uenf diga que o mercado não consegue absorver

PROBLEMA DA FALTA DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES É APONTADO COMO MAIOR DESAFIO

o volume de alunos formados. Estamos diante de um paradoxo, mas talvez seja uma questão de ajuste e diálogo para descobrirmos o melhor caminho para a formação e para a entrada no mercado de trabalho. As instituições precisam dialogar mais, e a Omcvetro quer servir de canal

OMCVETRO REALIZA ESTUDO SOBRE AS POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO

pos. Integram a organização vereadores que representam as Câmaras dos municípios fluminenses de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e São Pedro D’Aldeia. O município de Cabo Frio não quis participar da organização, enquanto a Câmara de Campos

ORGANIZAÇÃO PRETENDE FISCALIZAR A APLICAÇÃO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NA REGIÃO E DESENVOLVER PROPOSTAS PARA GARANTIR UMA DISTRIBUIÇÃO SOCIALMENTE MAIS JUSTA DESTES RECURSOS. UMA DAS PROPOSTAS É A CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA POLITÉCNICA

continuação da página 9

para que esse diálogo se dê de forma produtiva para a região”, explicou a assessora.

Para ela, não adianta pensar apenas no dinheiro dos royalties, mas na qualidade de vida que ele pode trazer se for bem aplicado. “Não queremos atuar apenas na área do petróleo, mas queremos atuar nas suas consequências, avaliando os impactos e desenvolvendo formas alternativas de desenvolvimento”, explica.

Um exemplo do perfil que a Omvetro pretende assumir na região está na forma como atuou em relação à queda recente de um aponte na BR 101, que interditou o trânsito nos dois sentidos da pista e

PREOCUPAÇÃO COM TEMAS SOCIAIS, COMO O DA BUSCA DE UMA SOLUÇÃO PARA A BR 101

causou transtorno aos motoristas e prejuízos econômicos aos municípios. A organização se manifestou publicamente sobre o tema e cobrou do Governo Federal solução para os problemas da rodovia.

“Consideramos os riscos de vida impostos aos usuários, sejam eles trabalhadores, turistas e a população em geral, muito grande. A má conservação da rodovia também prejudica a questão econômica, pois isto

Os objetivos da Omvetro

- 1 – Garantir a manutenção do Pagamento dos Royalties, de acordo com os artigos 47 a 49 da Lei nº 9478/97 e do decreto nº 2705/98.
- 2 – Fiscalizar a aplicação dos recursos econômicos recebidos.
- 3 – Garantir à população informações a respeito do uso desse recurso.
- 4 – Desenvolver projetos e programas baseados em atividades alternativas à exploração e produção de petróleo e gás.
- 5 – Buscar no âmbito de cada município e da região, um desenvolvimento harmônico dos pontos de vista ambiental, social, cultural e econômico.

causa prejuízos à economia do estado e aos municípios da região que basicamente vivem do turismo e da indústria do petróleo”, disse a vereadora Marilena Garcia ao jornal macaense Diário da Costa do Sol, em matéria que mostrava o empenho da Omvetro junto ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em busca de uma solução para a BR 101.

PALANQUE

Tanta exposição regional e abrangência sobre temas tão amplos talvez explique o fato de uma organização como a Omvetro ter levado tanto tempo para ser criada. No meio político, é difícil não desconfiar que a organização possa servir de palanque para candidaturas que necessitem de votação maior do que a que pode oferecer um pequeno município, reduto eleitoral originário dos vereadores participantes. Sobre isso, Deyse

Frota pondera: “Isso é natural na política, não há como fugir, mas quem conhece a vereadora Marilena Garcia sabe do seu compromisso. Há dez anos ela foi uma das pioneiras da luta pelo pagamento dos royalties e sempre teve uma militância no sentido de dar uma utilização social adequada a estes recursos. Os próprios vereadores que integram a Omvetro reconhecem o seu papel”, disse.

EXEMPLO

A iniciativa de formação da Omvetro está sendo acompanhada por vereadores do estado do Espírito Santo, para onde caminham novas descobertas no setor petróleo. Vereadores de municípios como Anchieta e Presidente Kennedy já mantiveram contato com a Organização do estado do Rio em busca de informações sobre como montar uma organização semelhante entre os municípios capixabas.

PARTICIPAÇÃO DE CAMPOS

O vereador Nildo Cardoso (PP) disse ao Boletim Petróleo, Royalties & Região que vai propor ao Plenário da Casa a indicação de um parlamentar para representar o município na Omvetro. Ele mesmo disse que se coloca à disposição para a função. O vereador explicou que a Câmara de Campos tem interesse em participar das discussões da organização, mas esteve afastada em razão de não mais contar em seus quadros com o ex-vereador Renato Barbosa (PHS), que é funcionário da Petrobras e costumava representar os vereadores nos fóruns onde o assunto era petróleo,

CAMPOS, MAIOR RECEBEDOR DE ROYALTIES, AINDA NÃO TEM REPRESENTANTE NA ORGANIZAÇÃO

tendo presidido a Comissão de Petróleo do Legislativo. “Vou conversar com o presidente da Casa e vamos colocar o assunto em discussão. Temos todo interesse nisso. Atuamos aqui nas lutas pela Refinaria e pelo Porto do Açú, temos compreensão da importância da Câmara e dos vereadores nestas lutas e não vamos ficar de fora de uma organização importante como a Omvetro”, disse Cardoso.

Petróleo, Royalties & Região

Boletim do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos (Rua: Anita Peçanha, 100 - Parque São Caetano / Campos dos Goytacazes - RJ CEP 28040-320
telefone:(0xx22) 2733-4100

Ano III, Nº 10 - Dezembro/2005

Coordenação: Rodrigo Valente Serra e Denise Cunha Tavares Terra

Editor e Jornalista Responsável: Vítor Menezes (DRT 03141)
Arte, Projeto Gráfico e diagramação: Alessandro Moraes (22) 9908-9725
Bolsistas: Karina Gonzales, Rafael Aviz e Thiago Muniz (FENORTE/TECNORTE) e Matheus Paulini (CNPQ).